



ESTADO DO PARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO Nº 13.087


Processo : 201700901-00
Município : Belém
Órgão : Câmara Municipal
Assunto : Consulta solicitando esclarecimento quanto à possibilidade de acumular a função de Vereador com a Presidência de entidade desportiva ou federação
Exercício : 2017
Interessado : **Emerson Sampaio** – (Vereador)
Relator : Conselheiro **José Carlos Araújo**

EMENTA: Consulta. Câmara Municipal de Belém. Exercício de 2017. Pela aprovação da resposta à consulta.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por votação unânime, em conformidade com a ata da sessão e nos termos do relatório e voto do Conselheiro Relator, às fls. 012 a 018 dos autos, que passam a integrar esta decisão: aprovar a resposta à consulta, nos termos apresentados às fls. 018 dos autos.

Sala das sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 23 de maio de 2017.


Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente


Conselheiro **José Carlos Araújo**
Relator

Presentes: Conselheiros Mara Lúcia, Cezar Colares, Antonio José Guimarães, Sérgio Leão, Substituto Sérgio Dantas e a Procuradora Maria Inez Gueiros

WR



32

PROCESSO Nº : 201700901-00
PROCEDÊNCIA : Câmara Municipal de Belém
EXERCÍCIO : 2017
ASSUNTO : Consulta

Relatório

Versam os autos sobre consulta apresentada pelo Vereador do Município de Belém, Sr. Emerson Sampaio, pela qual solicita esclarecimento quanto à possibilidade de acumular a função de vereador com a presidência de entidade desportiva ou federação.

Verifica-se que a presente consulta foi conhecida, tendo em vista que foram preenchidos todos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 298 e 299 do Regimento Interno deste Tribunal, conforme manifestação de fls. 04 dos autos. Após, foram os autos remetidos para a 7ª Controladoria para manifestação, nos termos do art. 300, §4º do Regimento Interno.

É o relatório.

Fundamentação

Após Parecer Técnico emitido pela 7ª Controladoria em relação a matéria, conclui-se.

Com vistas a garantir a eficácia na prestação do serviço público e o cumprimento dos agentes públicos no exercício de suas funções, a Constituição Federal estabeleceu no inciso XVI do art. 37¹, como regra, a vedação de acumulação remunerada de cargos públicos.

Por expressa previsão do mesmo art. 37, agora no inciso XVII, a proibição de acumulação foi estendida também aos empregos e funções, abrangendo as autarquias, fundações, empresas públicas, sociedade de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo Poder Público.

Contudo, apesar da proibição, a própria Constituição Federal reconheceu exceções, admitindo-se a acumulação apenas nos seguintes casos:

XVI- é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver

¹Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:

XVI- é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI.



compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:

- a) a de dois cargos de professor;
- b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;
- c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

Assim, nos casos de compatibilidade de horário e quando observado o teto remuneratório, admite-se a acumulação de dois cargos.

A Constituição Federal também dispõe, especificamente, sobre a possibilidade de acumulação de cargos, empregos e funções públicas remuneradas dos que exercem mandato eletivo. Sobre o assunto, estabelece o art. 38 que:

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III – investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção de merecimento;

V – para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

Pelo dispositivo acima transcrito, percebe-se que a acumulação de cargo, emprego ou função, no exercício de mandato eletivo, somente é possível no caso de exercício de mandato de vereador e desde que haja compatibilidade de horários e observando o teto remuneratório.

No caso dos autos, o questionamento apresentado se refere à possibilidade de acumulação da atividade de vereador com a de presidente de entidade desportiva ou federação.

Para a resposta, é preciso entender, primeiramente, a natureza jurídica dessas entidades.

A esse respeito, a Lei nº 9.615/1988, que institui normas gerais sobre desporto e



dá outras providências, estabelece no parágrafo único do art. 13² que o Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e **jurídicas de direito privado** e é composto, entre outras pessoas, pelas entidades **regionais de administração do desporto e as entidades de práticas desportivas**.

As entidades de práticas desportivas são constituídas juridicamente na forma de associação, pela união de duas ou mais pessoas. Já as entidades regionais de administração do desporto, também chamadas de federação, são os órgãos de direção dos desportos em cada uma das unidades territoriais do país e são compostas por, pelo menos, três associações desportivas.

Assim, considerando que as **entidades desportivas** são constituídas sob a forma de associações, **são dotadas de personalidade jurídica de direito privado**, seguindo o regramento previsto nos arts. 53 a 61 do Código Civil. No mesmo sentido, tendo em vista que as **federações** são compostas por associações, **também possuem natureza jurídica de direito privado**.

Por se tratarem de pessoas jurídicas de direito privado, constituídas sob a forma de associações, não há que se falar em exercício de cargo, emprego ou função pública. Portanto, tendo em vista que o exercício de atividade de presidente de entidade desportiva ou federação não constitui exercício de cargo, emprego ou função pública remunerada, não se aplica a vedação de acumulação de cargos previstas no art. 38 da Constituição Federal.

Todavia, os dispositivos constitucionais não podem ser interpretados isoladamente, devendo-se valer de todas as normas potencialmente incidentes sobre a situação.

Com isso, para o exercício concomitante da vereança, além da necessidade de

2Art. 13. O Sistema Nacional do Desporto tem por finalidade promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento.

Parágrafo único. O Sistema Nacional do Desporto congrega as pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, encarregadas da coordenação, administração, normatização, apoio e prática do desporto, bem como as incumbidas da Justiça Desportiva e, especialmente:

I - o Comitê Olímpico Brasileiro-COB;

II - o Comitê Paraolímpico Brasileiro;

III - as entidades nacionais de administração do desporto;

IV - as entidades regionais de administração do desporto;

V - as ligas regionais e nacionais;

VI - as entidades de prática desportivas filiadas ou não àquelas referidas nos incisos anteriores.

VII - a Confederação Brasileira de Clubes.



compatibilidade de horários, devem ser afastadas as restrições impostas ao vereador por força do disposto no inciso IX do art. 29 da Constituição Federal, nesses termos:

Art. 29. **O Município reger-se-á por Lei Orgânica**, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:

IX – proibições e incompatibilidades, no exercício da vereança, similares, no que couber, ao disposto nesta Constituição para os membros do Congresso Nacional e na Constituição do respectivo Estado para os membros da Assembleia Legislativa.

Sobre o assunto, o art. 54 da Constituição Federal assegura que:

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusula uniforme;
- b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II – desde a posse:

- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”;
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”;
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

No mesmo sentido, a Lei Orgânica do Município de Belém, ao dispor sobre as incompatibilidades, estabeleceu as seguintes vedações:

Art. 49. O Vereador não poderá:

I – desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

II – desde a posse:

- a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada;**
- b) patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o



36
2

inciso I, "a";

c) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

d) ocupar cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, alínea ^a.

Conforme se vê, a Lei Orgânica do Município de Belém reproduziu as vedações e incompatibilidades previstas na Constituição Federal para os deputados e senadores, impedindo, assim, desde a expedição do diploma, a celebração ou manutenção de contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes; e, desde a posse, que o vereador seja proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público no Município, ou nela exercer função remunerada; patrocine causas em que seja interessada pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público; seja titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo e ocupe cargo ou função de que seja demissível "ad nutum", nas pessoas jurídicas de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público.

Após a análise dos dispositivos acima transcritos, constata-se que não há nenhum impedimento para o exercício da presidência de entidade desportiva, já que os incisos se referem apenas a situações relacionadas à pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, não mencionando, assim, vedações e incompatibilidade para as associações.

Contudo, sabe-se que as entidades desportivas, bem como federações, são beneficiadas com repasse de recursos públicos para serem aplicados nas suas finalidades. Em razão disso, caberia ao presidente de tais entidades a gestão dos recursos.

Como já se viu, o legislador municipal, com vistas a afastar qualquer ingerência do agente político na gestão de recursos públicos, impediu que vereadores sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa de direito público, conforme previsto no art. 49, II, "a".

Portanto, utilizando-se do mesmo pensamento, vereador também não pode exercer a atividade de presidente de entidades desportiva que recebe recursos



57
~

públicos para serem aplicados na sua finalidade, uma vez que seria o responsável pela gestão de tais recursos.

Com isso, aplicando-se à presente situação a mesma intenção do legislador fixada na vedação contida no art. 49, II, "a" da Lei Orgânica do Município de Belém, manifesta-se pela impossibilidade de exercício concomitante do cargo de vereador com a atividade de presidente de entidade desportiva ou associação, nos casos em que haja transferência de recursos públicos.



VOTO

Assim, conclui-se que a presente consulta foi formulada por autoridade competente e suscitada em dúvida na aplicação de dispositivos legais, de competência fiscalizatória deste TCM-PA, em tese, pelo que passo a análise do mérito da mesma.

Pelo exposto, conheço da presente consulta formulada pelo Sr. Emerson Sampaio Vereador do Município de Belém, no sentido de esclarecer se à possibilidade de acumular a função de vereador com a presidência de entidade desportiva ou federação.

Diante do acima exposto, conhecendo a presente consulta, entendo que há possibilidade de exercício concomitante do cargo de vereador com a atividade de presidente de entidade desportiva ou federação, desde que não haja transferência de recursos públicos à mesma entidade. Do contrário, manifesta-se pela vedação de acúmulo com base no art. 49, II, "a" da Lei Orgânica do Município de Belém.

Esta é a resposta à consulta formulada, que submeto à deliberação do Egrégio Plenário.

Belém, 23 de maio de 2017

José Carlos Araújo
Conselheiro Relator TCM-PA